



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES  
DIRETORIA GERAL

## P R O T O C O L O

PROCESSO nº 146/2008 de 08 de maio de 2008

INTERESSADO: Executivo Municipal

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: ALTERA REDAÇÃO DA ALÍNEA "i", DO INCISO II, DO

ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº3.633/2004.

PROJETO-DE-LEI nº 097/2008 de 08 de maio de 2008

COMISSÕES DE: Constituição e Justiça, Saúde e Meio Ambiente

ARQUIVADO EM: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Secretário-Geral

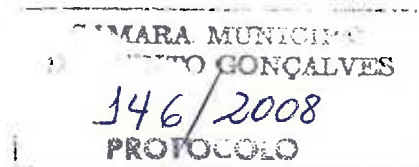
*Lei Municipal nº 4.388/2008*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº 100/2008 - GAB/PL

Bento Gonçalves, 07 de maio de 2008.



**Excelentíssimo Senhor Presidente:**

Estamos encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Ilustres Vereadores integrantes dessa Colenda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei nº 097, que “ALTERA REDAÇÃO DA ALÍNEA “i”, DO INCISO II, DO ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.633/2004”.

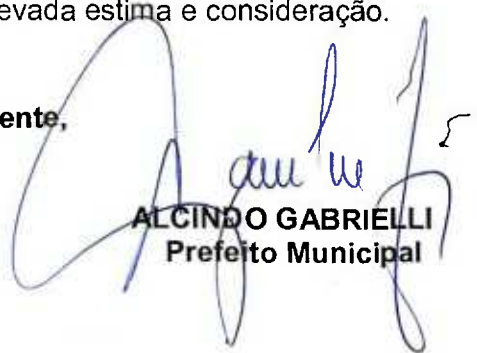
O Projeto de Lei anexo visa alterar a redação da alínea “i”, do inciso II, do art. 4º da Lei Municipal nº 3.633, de 27 de outubro de 2004 que criou o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA, alterada pela Lei Municipal nº 4.359, de 02 de abril de 2008.

O Secretário Municipal do Meio Ambiente solicitou a alteração da referida alínea, uma vez que o Movimento Ativista Ecológico alterou sua denominação para Associação Ativista Ecológica.

Cumprе, salientar que se trata da mesma entidade houve, apenas, a alteração da sua denominação para Associação Ativista Ecológica.

Sem mais e confiando na aprovação da matéria, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

  
**ALCINDO GABRIELLI**  
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor  
Vereador **IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI**  
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Palácio 11 de Outubro  
Nesta Cidade



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

102  
F.S.

<b>APROVADO</b>
Votação: <u>União (RV)</u>
<u>em unanimidade</u>
Data: <u>13 / 05 / 2008</u>
_____ Presidente

**PROJETO DE LEI Nº 097, DE 07 DE MAIO DE 2008.**

**ALTERA REDAÇÃO DA ALÍNEA "i",  
DO INCISO II, DO ART. 4º DA LEI  
MUNICIPAL Nº 3.633/2004.**

**Art. 1º** - A alínea "i", do inciso II, do art. 4º da Lei Municipal nº 3.633, de 27 de outubro de 2004 que "*Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e dá outras providências*", alterada pela Lei Municipal nº 4.359, de 02 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"i) 01 (um) representante da Associação Ativista Ecológica". (NR)**

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO  
GONÇALVES, aos sete dias do mês de maio de dois mil e oito.**

**ALCINDO GABRIELLI**  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 3.633, DE 27 DE OUTUBRO DE 2004.**

**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE  
DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DARCY POZZA**, Prefeito Municipal de Bento Gonçalves,  
**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores  
aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**DA CONSTITUIÇÃO, OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS**

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, no Município de Bento Gonçalves, com a composição e competências definidas nesta lei.

**Art. 2º** - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA é um órgão municipal de caráter consultivo, deliberativo, permanente e com participação da sociedade civil organizada.

**Art. 3º** - São competências do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA:

- I - assessorar e propor ao Prefeito Municipal diretrizes e políticas municipais do meio ambiente, acompanhando sua execução;
- II – avaliar e manifestar-se sobre planos, programas e projetos de desenvolvimento municipal relativos ao meio ambiente;
- III – participar da elaboração do Diagnóstico Ambiental Municipal, instrumento da gestão ambiental municipal;
- IV – propor e formular políticas municipais do meio ambiente, acompanhar sua execução e o monitoramento, em especial nas áreas de saneamento ambiental (resíduos sólidos, efluentes domésticos, industriais e da agropecuária, macro e microdrenagens), planejamento urbano, parcelamento e uso do solo, entre outros;
- V – propor e manifestar-se sobre normas, padrões, parâmetros e critérios de avaliação, controle, manutenção, recuperação e melhoria da qualidade do meio ambiente natural, antrópico e do trabalho;
- VI – propor, formular diretrizes e normas de aplicação dos recursos que constituirão o Fundo Municipal do Meio Ambiente;
- VII – propor medidas de proteção ao patrimônio natural, histórico, estético, arqueológico, espeleológico, paleontológico e paisagístico do Município;
- VIII – propor, colaborar e acompanhar programas de educação ambiental formal e informal para o Município;
- IX – propor a criação de Unidades de Conservação;
- X – estimular e acompanhar o inventário dos bens que constituirão o patrimônio ambiental do Município;

Lei Municipal nº 3.633, de 27.10.2004 – fl. 02

- XI – colaborar e estimular campanhas ambientais de conscientização da população, cursos, seminários, palestras, simpósios e conferências sobre temas ambientais de interesses locais, regionais e, também, em seu sentido amplo;
- XII – manifestar-se sobre convênios de gestão ambiental entre o Município e organizações públicas e/ou privadas municipais, estaduais, federais e internacionais;
- XIII – estimular a integração do Município com órgãos estaduais, federais e internacionais afins, assim como com a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA, Confederação Nacional de Municípios – CNM, Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul – FAMURS, Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste – AMESNE e a Aglomeração Urbana do Nordeste do Estado, nos assuntos referentes ao meio ambiente e suas interfaces;
- XIV – manifestar-se sobre o uso das áreas públicas municipais de interesse ambiental;
- XV – manifestar-se sobre a exploração dos recursos naturais existentes no Município, bem como propor medidas de preservação, proteção, conservação e recuperação dos mesmos;
- XVI – comunicar aos órgãos competentes às agressões ao meio ambiente ocorridas no Município, podendo sugerir soluções a partir de estudos e proposições trabalhados e elaborados pelas Comissões e/ou Câmaras Técnicas;
- XVII – apreciar e deliberar, na forma da legislação, sobre estudos de impacto ambiental, impacto de vizinhança e respectivos relatórios, por requerimento de qualquer um de seus membros;
- XVIII – deliberar, em última instância administrativa, em grau de recurso, sobre penalidades e licenças ambientais emitidas pelo Poder Público Municipal;
- XIX – elaborar seu Regimento Interno que será aprovado através de Decreto.

### **DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º -** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, será constituído de 20 (vinte) membros, com a seguinte composição:

I – representante das entidades governamentais:

- a) 01 (um) representante da Escola Agrotécnica Federal Juscelino Kubitschek de Oliveira;
- b) 01 (um) representante da Brigada Militar de Bento Gonçalves;
- c) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura;
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- g) 01 (um) representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves;
- h) 01 (um) representante da Companhia Riograndense de Saneamento de Bento Gonçalves;
- i) 01 (um) representante da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.



Lei Municipal nº 3.633, de 27.10.2004 – fl. 03

II – representantes das entidades não governamentais:

- a) 01 (um) representante da Associação Bento-Gonçalvesense de Proteção ao Ambiente Natural;
- b) 01 (um) representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos da Região dos Vinhedos;
- c) 01 (um) representante da Câmara da Indústria e Comércio de Bento Gonçalves;
- d) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves;
- e) 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Bento Gonçalves;
- f) 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Bento Gonçalves;
- g) 01 (um) representante da Fundação Educacional da Região dos Vinhedos;
- h) 01 (um) representante da Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves;
- i) 01 (um) representante da Associação Riograndense de Empreendimentos e Assistência Técnica de Bento Gonçalves;
- j) 01 (um) representante das Associações de Moradores dos Bairros.

§ 1º - As entidades mencionadas no *caput* deste artigo indicarão, expressamente, representantes titulares e suplentes, que serão nomeados pelo Prefeito Municipal através de Portaria.

§ 2º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA será de 02 (dois) anos, admitida a recondução por uma única vez, com exceção do Presidente.

§ 3º - Perderá o mandato o conselheiro que deixar de pertencer ao órgão pelo qual foi indicado ou, sem justificativa, faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, nos termos do Regimento Interno.

§ 4º - Cada membro titular do Conselho terá um suplente, devendo, obrigatoriamente, ser da mesma entidade, que o substituirá em seus impedimentos.

**Art. 5º** - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA será presidido pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente.

**Art. 6º** - A substituição de membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, dar-se-á nas situações previstas no seu Regimento Interno.

## DA ESTRUTURA

**Art. 7º** - A estruturação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, será definida em seu Regimento Interno, observadas as diretrizes desta lei.

Lei Municipal nº 3.633, de 27.10.2004 – fl. 04

**§ 1º** - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, será elaborado por seus membros e aprovado por Decreto do Prefeito Municipal.

**§ 2º** - O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA poderá instituir Câmaras Técnicas, Provisórias e Permanentes, com a finalidade de oferecer suporte técnico adequado às suas deliberações.

**§ 3º** - As Câmaras Técnicas referidas no parágrafo anterior terão por objetivo estudar, subsidiar e propor formas e medidas de harmonizar e integrar as normas, padrões, parâmetros, critérios e diretrizes objeto das deliberações, e serão compostas por técnicos habilitados, integrantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA ou por estes indicados.

## **DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 8º** - As atividades dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, reger-se-ão pelo seu Regimento Interno, observadas as disposições desta lei.

**Parágrafo único** – O exercício da função de conselheiro é considerado serviço relevante para a comunidade e não será remunerado.

**Art. 9º** - O Município prestará apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

**Art. 10** – Para melhor desempenho de suas atribuições, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, poderá recorrer a técnicos e entidades, mediante os seguintes critérios:

I – consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, as instituições formadoras de recursos humanos para o meio ambiente e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de meio ambiente, sem embargo de sua condição de membro;

II – poderão ser convidados técnicos e/ou instituições de notória especialização para assessorar o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, e suas Câmaras Técnicas em assuntos específicos;

III – poderão ser criadas, além das Câmaras Técnicas, Comissões Internas, constituídas por entidades do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, e outras instituições para promover estudos, emitir pareceres a respeito de temas específicos e subsidiar estudos e propostas das Câmaras Técnicas.

Lei Municipal nº 3.633, de 27.10.2004 – fl. 05

**Art. 11** – As decisões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, serão consubstanciadas em Resoluções, numeradas em ordem crescente seguida do ano de edição.

**Parágrafo único** – As Resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, bem como os temas tratados em plenário serão objeto de ampla e sistemática divulgação, sendo aquelas objeto de publicação oficial para surtirem os efeitos legais.

**Art. 12** – Todas as sessões do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

#### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 13** – As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos dos orçamentos vigentes de cada exercício, em dotações orçamentárias da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

**Art. 14** – Esta lei será regulamentada por Decreto, no que couber.

**Art. 15** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**, aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e quatro.

**DARCY POZZA**  
Prefeito Municipal





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PARECER 160/2008

Processo nº 146/2008

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei nº 097/2008, do Poder Executivo, que *Altera Redação da Alínea "i", do Inciso II, do Artigo 4º da Lei Municipal nº 3.633/2004.*

O presente projeto de lei, visa alterar a alínea "i", do inciso II, do Artigo 4º, da Lei Municipal nº 3.633, de 27 de outubro de 2004, que "Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e dá outras providências", a fim de adaptar à legislação no que se refere ao representante da entidade do Movimento Ativista Ecológico, que passou a denominar-se Associação Ativista Ecológica.

Desta feita, essa Assessoria entende que, do ponto de vista jurídico, o projeto de lei em análise, possui as condições regulares de tramitação e votação.

s.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de outubro, aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e oito.

Bel. Carlos José Perizzolo

OAB/RS 6.045

Bel. Jaqueline Menegotto

OAB/RS 51.007

Bel. Aloisio De Nardin

OAB/RS 64.849



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROCESSO Nº 146/2008

AUTOR: **Executivo Municipal**

ASSUNTO: **ALTERA REDAÇÃO DA ALÍNEA “T” DO INCISO II, DO ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.633/2004.**

PARECER: **COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Processo 146/2008 que **ALTERA REDAÇÃO DA ALÍNEA “T” DO INCISO II, DO ART. 4º DA LEI MUNICIPAL Nº 3.633/2004**, exaram o seguinte parecer:

O presente projeto visa alterar a redação da alínea “T”, do inciso II, do art. 4º da Lei Municipal nº 3.633, de 27 de outubro de 2004 que criou o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA, alterado pela Lei Municipal nº 4.359, de 02 de abril de 2008.

A alteração da referida alínea, uma vez que o Movimento Ativista Ecológico alterou sua denominação para Associação Ativista Ecológica.

Essa Comissão é de parecer que a matéria tem condições de tramitação e votação.

É o parecer.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2008.

Vereador **JAIR BARUEI**  
Presidente

Vereador **FRANCISCO RIZZARDO**  
Vice-Presidente

Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**  
Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

P110  
F.3

PROCESSO Nº 146/2008

AUTOR: Executivo Municipal

ASSUNTO: Altera a redação da alínea "i", do inciso II, do Art. 4º da Lei Municipal Nº 3.633/2004.

PARECER: *COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE.*

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Saúde e Meio Ambiente, após procederem a análise do processo 146/2008, que **Altera a redação da alínea "i", do inciso II, do Art. 4º da Lei Municipal Nº 3.633/2004**, são de parecer favorável a aprovação da matéria. /

É o parecer.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2008.

  
Vereador **ANTÔNIO CAMERINI**  
Presidente

  
Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**  
Vice-Presidente

  
Vereador **VANDERLEI DOS SANTOS**  
Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI MUNICIPAL Nº 4.388, DE 14 DE MAIO DE 2008.**

**ALTERA REDAÇÃO DA ALÍNEA "I",  
DO INCISO II, DO ART. 4º DA LEI  
MUNICIPAL Nº 3.633/2004.**

**ALCINDO GABRIELLI**, Prefeito Municipal de Bento  
Gonçalves,

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Vereadores  
aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - A alínea "I", do inciso II, do art. 4º da Lei  
Municipal nº 3.633, de 27 de outubro de 2004 que "*Cria o Conselho Municipal de  
Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e dá outras providências*", alterada pela Lei  
Municipal nº 4.359, de 02 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"I) 01 (um) representante da Associação Ativista  
Ecológica". (NR)**

**Art. 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO  
GONÇALVES**, aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e oito.

**ALCINDO GABRIELLI**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

**Patrícia Brun Perizzolo**  
Procuradora-Geral do Município

Registrado (a) às fls. 023  
e publicado (a)  
Em 14 / 05 / 2008